



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 17, n. 2, Jul./Dez., 2025

Sítios: <https://periodicos.ufrn.br/index.php/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 22.05.2024. Revisado por pares em: 06.10.2024. Reformulado em: 20.11.2024. Avaliado pelo sistema double blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2025v17n2ID36389

Um modelo de mensuração da divulgação dos ativos intangíveis para as universidades públicas: evidenciação do setor privado ao público

A model for measuring the disclosure of intangible assets for public universities: disclosure from the private to the public sector

Un modelo de medición para la divulgación de los activos intangibles de las universidades públicas: divulgación del sector privado al público

Autores

Marcelo Pereira de Moraes

Doutorando do curso de Sistemas de Gestão Sustentáveis da Universidade Federal Fluminense (UFF – Niterói/RJ). Atualmente, trabalha na gestão logística e financeira da UFRJ. Endereço: Av. Pasteur, 250 – Fundos – Campus Praia Vermelha – Urca – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22.2290-902. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0248-1819>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6518661390728910>

Research Gate: <https://www.researchgate.net/profile/Marcelo-Moraes-15>

Web of Science: <https://www.webofscience.com/wos/author/record/JWO-9390-2024>

E-mail: marcelopereiramoraes@id.uff.br

Cíntia de Melo de Albuquerque Ribeiro

Doutora em Sistema de Gestão Sustentável – LATEC/UFF, Mestre e Contadora em Ciências Contábeis pela UERJ. Atualmente, Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense. Identificadores (ID):

<https://orcid.org/0000-0002-1957-056X>

<http://lattes.cnpq.br/3780699032150649>

E-mail: cintiaalbuquerque@id.uff.br

Júlio Vieira Neto

Doutorado em Engenharia Civil pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, é Professor Associado da Universidade Federal Fluminense lotado no Departamento de Ciências Atuariais e Finanças onde ministra as disciplinas: Dinâmica Demográfica e Métodos Quantitativos. Endereço: localizado na Rua Passo da Pátria, nº 156, Bloco E, Sala 324, São Domingos – Niterói – RJ - CEP: 24.210-240, (21) 2629-5000. Identificadores (ID):

<https://orcid.org/0000-0001-5974-7086>

<http://lattes.cnpq.br/8052370131852533>

<https://www.webofscience.com/wos/author/record/2014892>

E-mail: julion@id.uff.br

Luís Perez Zótes

Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994). Atualmente é Professor Associado IV da Universidade Federal Fluminense. Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Bloco E, Sala 324, São Domingos – Niterói – RJ CEP: 24.210-240, (21) 2629-5000. Identificadores (ID):
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8190-8720>
Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/9648922160710438>
E-mail: lpzotes@gmail.com

Resumo

Objetivo: Esta pesquisa tem por objetivo desenvolver um modelo de mensuração da qualidade de divulgação de ativos intangíveis para instituições públicas de ensino superior no Brasil.

Metodologia: A metodologia implantada fundamenta-se no estudo de análise de conteúdo dos relatórios de gestão através do *Grounded Theory* (Teoria Fundamentada em Dados) para desenvolver um modelo de mensuração de divulgação dos ativos intangíveis para a avaliação da qualidade da divulgação dos relatórios anuais.

Resultados: Os resultados da análise demonstram baixos níveis de aderência aos RI no período de 2018 a 2020, evoluindo significativamente nos três últimos anos (2021 a 2023). A acessibilidade evoluiu nos três últimos anos. A concisão variou entre 20, 40, 43 e 67% em média nos seis anos. Os ativos intangíveis demonstraram tendências para os ativos humanos, enquanto os ativos de inovação ficaram em segundo, os ativos de estruturais em terceira e os ativos de relacionamento em última colocação. Surpreendentemente, o menor índice de qualidade dos ativos intangíveis são relacionais em todo o período nos relatórios de gestão.

Contribuições do Estudo: O impacto deste estudo possibilita avaliar as tendências institucionais, com relação à aplicação dos ativos intangíveis, pontos fracos e fortes, e desenvolver a qualidade na divulgação dos relatórios de gestão para a tomada de decisão.

Palavras-chave: Ativo Intangível. Gestão Pública. Criação de valor. Análise de Resultado. Relato Integrado.

Abstract

Objective: The aim of this proposal is to carry out a documentary survey of the management reports of four Public Federal Universities over a five-year period, with the aim of developing a model for disclosing intangible assets.

Methodology: The methodology implemented is based on the study of content analysis of management reports using Grounded Theory to develop a measurement model for the disclosure of intangible assets in order to assess the quality of disclosure in annual reports.

Results: The results of the analysis show low levels of adherence to IR in the period from 2018 to 2020, evolving significantly in the last three years (2021 to 2023). Accessibility has evolved in the last three years. Conciseness varied between 20, 40, 43 and 67% on average over the six years. Intangible assets trended towards human assets, while innovation assets came second,

structural assets third and relationship assets last. Surprisingly, the lowest quality rating for intangible assets is relational over the entire period in the management reports.

Contributions of the Study: The impact of this study makes it possible to assess institutional trends in relation to the application of intangible assets, weaknesses and strengths, and to develop quality in the dissemination of management reports for decision-making.

Keywords: Intangible Assets. Public Management. Value Creation. Results Analysis. Integrated Reporting.

Resumen

Objetivo: El objetivo de esta propuesta es realizar un estudio documental de los informes de gestión de cuatro Universidades Públicas Federales durante un periodo de cinco años, con el fin de desarrollar un modelo para la divulgación de los activos intangibles.

Metodología: La metodología aplicada se basa en el estudio del análisis del contenido de los informes de gestión utilizando la Teoría Fundamentada para desarrollar un modelo de medición de la divulgación de los activos intangibles con el fin de evaluar la calidad de la divulgación en los informes anuales.

Resultados: Los resultados del análisis muestran bajos niveles de adhesión a las ND en el periodo de 2018 a 2020, evolucionando significativamente en los últimos tres años (2021 a 2023). La accesibilidad ha evolucionado en los últimos tres años. La concisión varió entre el 20%, el 40%, el 43% y el 67% de media en los seis años. Los activos intangibles tendieron hacia los activos humanos, mientras que los activos de innovación ocuparon el segundo lugar, los activos estructurales el tercero y los activos relacionales el último. Sorprendentemente, la calificación de calidad más baja de los activos inmateriales es la de los relacionales durante todo el periodo en los informes de gestión.

Contribuciones del Estudio: El impacto de este estudio permite evaluar las tendencias institucionales en relación a la aplicación de los activos intangibles, debilidades y fortalezas, y desarrollar la calidad en la difusión de los informes de gestión para la toma de decisiones.

Palabras clave: Activos intangibles. gestión pública. creación de valor. análisis de resultados. informes integrados.

1 Introdução

De uma maneira geral, as instituições públicas buscam agregar valor através de seus ativos intangíveis como um fator diferencial de vantagem competitiva, atraindo assim a atenção das partes interessadas e de seus colaboradores (Blasco, Brusca, & Labrador, 2019; Guerrero, & Monroy, 2015; Lopes, & Carvalho, 2021; Vasconcelos, Forte, & Basso, 2019; Ventura, Pacheco, & Rover, 2019). Segundo Hoss (2021), os ativos intangíveis são nomeados de diversas formas, ativos invisíveis, incorpóreos, capital intelectual, humano, estrutural, goodwill, superlucros. Apesar disso, são caracterizados, de forma geral, pela formação do conjunto de bens patrimoniais incorpóreos e de alto valor financeiro (Tafner, & Bichof, 2019).

Os ativos intangíveis foram analisados por Malavski, Lima e Costa (2010), quando definiram as variáveis dos recursos, capacitações, competências e capital intelectual, e desenvolveram um modelo fundamentado no conceito de capital intelectual. Silva, Malacarne,

Macêdo e De-Bortoli (2020) determinaram o grau de importância que as Instituições de Ensino Superior dedicam aos ativos intangíveis nos relatórios das Comissões Próprias de Avaliação (CPA). Araújo e Costa (2019) buscaram dialogar com a mensuração de ativos intangíveis públicos com os modelos quantitativos aplicados no setor privado.

Apesar das discussões existentes na literatura sobre o tema, faz-se necessário um modelo que permita analisar a qualidade das informações sobre ativos intangíveis divulgadas anualmente no relatório de gestão integrado pelas instituições públicas de ensino. Nunes-Silva, Malacarne e De-Bortoli (2021), perceberam que o setor educacional é pouco abordado nessas pesquisas, que a atuação das Instituições de Ensino Superior no desenvolvimento científico e tecnológico pode contribuir para a criação de valor organizacional e que a difusão do conhecimento, a criação de produtos ou oferta de serviços resultantes das suas atividades, além de fortalecer o valor da marca diante dos públicos estratégicos, apoia a tomada de decisão em relação aos investimentos em ciência, tecnologia e inovação.

Diante desse contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: **Como avaliar o investimento atual dos ativos intangíveis nas Universidades Públicas Federais?** Assim sendo, esta pesquisa busca desenvolver um modelo de mensuração da qualidade das informações sobre ativos intangíveis para instituições públicas de ensino superior no Brasil. Para tanto, alinhou-se o *Framework* do Relato Integrado (RI), considerando os quadrantes humanos, processos estruturais e relacionais, internos e externos, com modelos baseados nos estudos de Crawford (1994), Edvinson e Malone (1998), Hoss (2021), Kaplan e Norton (1997), Kayo (2002), Lev (2001), Smith e Parr (1994) e Sveiby (1998). O modelo foi testado, a partir de uma pesquisa documental, em quatro Instituições Federais de Ensino do Rio de Janeiro, considerando os relatórios de gestão dos anos de 2018 a 2023.

Esta pesquisa contribui para o desenvolvimento teórico dos ativos intangíveis no setor público, em especial em instituições de ensino superior, e para uma melhor compreensão sobre suas classificações. Além disso, a aplicação teórica em casos reais, como as quatro instituições federais de ensino do Rio de Janeiro, permite compreender os desafios e oportunidades diante dessas instituições para uma melhor evidenciação de seus ativos intangíveis. De forma prática, os resultados do estudo podem ajudar os gestores a identificar seus pontos fracos, melhorando, assim, a gestão e divulgação sobre esses ativos, bem como informar políticas públicas que incentivem e estimule o desenvolvimento do capital intelectual nessas instituições.

2 Referencial Teórico

2.1 Os intangíveis nas instituições públicas e privadas

Há muitas definições para intangíveis na literatura. Stewart (1998) conceitua o capital intelectual ou intangível como de difícil identificação, difícil de ser avaliado de forma eficaz e o subdivide em capital humano, capital estrutural e capital do cliente. Sveiby (1998) denominou como Capital Intelectual o conjunto de benefícios intangíveis como o conhecimento, informação, propriedade intelectual, experiência que pode ser utilizada para gerar riqueza. Hendriksen e Van Breda (1999) definem os ativos intangíveis como identificáveis, como por exemplo as patentes, e os não-identificáveis, como o exemplo do *goodwill*. Edvinsson e Malone (1998), utilizando-se de uma metáfora, compararam uma empresa a uma árvore onde sua parte invisível, isto é, as raízes, representa os ativos invisíveis ou intangíveis.

Baseando-se no estudo de Silva, Malacarne, Macêdo e De-Bortoli (2020), os ativos intangíveis dividem-se em quatro categorias, conforme Tabela 1:

Tabela 1*Elementos dos Ativos Intangíveis*

Ativo Humano.	Ativo Relacional
Know-how, Educação, qualificação vocacional, conhecimento relacionado ao trabalho, avaliações ocupacionais, avaliações psicométricas, competências relacionadas ao trabalho, ímpeto de empreendedorismo, inovatividade, capacitações proativas e reativas, mutabilidade, conhecimento, talento, capacidade, habilidade e experiência dos empregados, administração superior ou empregados-chave.	Acordos de franquias, clientes, fidelidade do cliente, nomes de companhias, pedidos em carteira, canais de distribuição, colaborações comerciais, acordos de licenciamento, contratos favoráveis, marcas, logos, <i>trademarks</i> , contratos com clientes, fornecedores, contratos de licenciamento, franquias, direitos de exploração mineral, de água.
Ativo Estrutural	Ativos de Inovação.
Propriedade Intelectual: Patentes, direitos autorais, direitos de projeto, segredos industriais, marcas registradas, software proprietário. Ativos de Infraestrutura: Filosofia gerencial, cultura corporativa, processos gerenciais, segredos industriais, marcas registradas, sistemas de informação, sistemas de rede, sistemas administrativos, inteligência de mercado, canais de mercado, banco de dados.	Pesquisa e desenvolvimento, patente, fórmulas secretas, know-how tecnológico.

Fonte: dados da pesquisa.

Os ativos intangíveis contribuem sobremaneira na obtenção de vantagem competitiva, mas não recebem a atenção devida ao considerar o valor institucional (Kayo, Kimura, Martin, & Nakamura, 2006). Para Niebel, OOMahony e Saam (2013), os ativos intangíveis, como pesquisa e desenvolvimento (P&D), capital organizacional e treinamento, não têm sido tratados como investimentos.

A Norma Internacional de Contabilidade IAS 38 exige que uma entidade reconheça um ativo intangível, assim como instrua as divulgações específicas sobre estes ativos e também específica como mensurar seu valor contábil. Uma instituição é incentivada a divulgar uma descrição de qualquer ativo intangível que seja amortizado e que esteja em uso e descreva resumidamente os ativos intangíveis expressivos controlados por ela, mas não reconhecidos como ativos por não atenderem aos critérios de reconhecimento desta Norma ou porque foram adquiridos ou gerados na versão anterior a esta (IFRS, 2020).

Com base na IAS 38, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) número 04 (R1), determina que para um item ser reconhecido como ativo deve ser resultado de um evento passado, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros. Além disso, será classificado como intangível se for um ativo não monetário, identificável, sem substância física. Para que seja reconhecido, é necessário, ainda, que seu custo possa ser mensurado com confiabilidade.

Assim, nem todo intangível é divulgado nos relatórios contábeis e financeiros. No entanto, atualmente, 85% do valor das empresas classificadas no índice da *Standard & Poor's* é formado por intangíveis, diferente da década de 70, quando esse montante era de 20% (E-Learning S.A.S, 2023). A não divulgação desses intangíveis que potencializam a criação de valor organizacional prejudica o processo de tomada de decisão de investimento de forma

eficiente e produtiva. Nesse sentido, a deficiência dos relatórios tradicionais foi revalorizada pela crise econômica de 2008 (De Villiers, & Maroun, 2017).

A partir de então, após aumento dos requisitos exigidos pelos investidores nas divulgações de informações nos relatórios financeiros, as instituições assumiram novos e complexos desafios de gestão e divulgação de fatores sociais, ambientais e de governança (Eccles, Ioannou, & Serafeim, 2014). Como os dados financeiros retrospectivos já não atendiam às necessidades de informação dos investidores e demais partes interessadas sobre os objetivos das organizações, suas expectativas e estratégias futuras, bem como não informavam sobre como elas criam valor a curto, médio e longo prazo, surgiu o Relato Integrado <RI>.

Então, em 2010, foi criado o *International Integrated Reporting Council* (Conselho Internacional para Relato Integrado, ou *IIRC* na sigla em inglês), que é uma coalizão global de reguladores, investidores, empresas, definidores de padrões, profissionais do setor contábil e ONGs. Seu principal objetivo é a promoção e a comunicação para a criação de valor aos investidores, partes interessadas, especialistas, elaboradores dos relatórios e reguladores, como o próximo passo evolutivo na comunicação corporativa (IIRC, 2020).

A estrutura do RI possui sete princípios básicos que buscam equilíbrio entre flexibilidade e prescrição na divulgação de informações de variadas instituições, oito elementos de conteúdo que estão fundamentalmente vinculados uns aos outros e não são mutuamente excludentes e seis capitais (IIRC, 2013). O foco na divulgação do intangível fica evidente, visto que quatro de seus seis capitais são intangíveis (natural, humano, intelectual e social e de relacionamento) (Ribeiro, Moraes, Pinheiro, & Neto, 2023).

Na Europa, a diretiva nº 2014/95/EU determina a adoção dos relatórios integrados tanto às empresas privadas quanto aos órgãos públicos. A divulgação de informações não financeiras foi uma medida tomada na União Europeia por seus países-membros, como no caso da França, que definiu tal implantação através da lei de *Grenelle II* em todos os municípios que possuem mais de 50.000 habitantes (*Le Commissariat Général au Développement Durable* [CGDD], 2012).

Na África do Sul, os relatórios integrados surgiram desde 1994. Denominado King I foi considerado como o primeiro código de governança corporativa adotado, onde se estabeleceram normas de conduta para práticas de divulgação dos administradores de sociedades cotadas, bancos e algumas empresas estatais recomendadas (IoDSA, 2009).

No Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tornou obrigatória, a partir de 2021, a decisão de elaboração e divulgação do Relato Integrado para empresas de capital aberto, sob a orientação do CPC 09 – Relato Integrado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (CVM 14, 2020). A OCPC 09, ou minuta de Orientação Técnica do Relato Integrado, tem relação com a Estrutura Conceitual Básica do RI, elaborada pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC). De acordo com as três entidades, a OCPC 09 deverá ter utilização facultativa para as empresas (OCPC 09, 2020).

A partir de 2018, o Tribunal de Contas da União (TCU) iniciou mudanças no processo de prestação de contas anuais fornecidas pela administração pública federal. Dentre essas mudanças, passou-se a exigir de todos os órgãos e entidades pertencentes à administração pública federal direta e indireta a elaboração e divulgação de relatórios de gestão, tendo como modelo o *Framework* do Relato Integrado (DN TCU nº 170, 2018), contemplando, assim, a divulgação dos intangíveis.

Alves, Athayde, Nascimento e Croelhas (2020), em seu estudo, analisaram de que forma o capital intelectual (CI) estava sendo evidenciado no RI de empresas brasileiras. Concluíram que todos os relatos cumpriram os requisitos básicos esperados e divulgaram em seus relatórios o capital intelectual de forma menos quantitativa (monetária) e mais qualitativa. Comparando-

se as informações divulgadas nos relatórios públicos em relação às privadas, verificou-se um conteúdo não satisfatório e inexplorado dos dados sobre os ativos intangíveis. Principalmente, quando se trata dos ativos relacionais que em sua maioria não são comunicados (Silva, Malacarne, Macêdo, & De-Bortoli, 2020).

Além disso, para Soares e Lima (2018), as Universidades Privadas possuem um tratamento inferior ao das Públicas com relação aos ativos intangíveis de relacionamento, contrariando as expectativas comportamentais esperadas por fazerem parte de um ambiente competitivo e de constantes transformações, focados em princípios racionais, onde se busca eficiência e resultados financeiros significativos. As principais avaliações realizadas nos relatórios anuais pelas Comissões Próprias de Avaliação (CPA) focam áreas importantes das instituições de ensino superior, porém os ativos intangíveis passam despercebidamente nos dados divulgados, considerando-se mais o planejamento e avaliação institucional, desenvolvimento institucional, políticas acadêmicas, políticas de gestão e infraestrutura, conforme a Resolução nº 20 de 2018 (Resolução do Conselho Superior nº 20, 2018).

Assim, através da Decisão Normativa - TCU nº 170/18 iniciou-se a padronização da divulgação dos relatórios de gestão nos órgãos pertencentes à administração pública direta, indireta, autarquias e fundações públicas. Portanto, O Tribunal de Contas da União exigiu, a partir de 2018, que os 1.115 órgãos da administração pública passassem a adotar tal instrumento. Para esta finalidade, o Tribunal adaptou uma linguagem simplificada com as características identificáveis nas organizações públicas, respeitando as prerrogativas exigidas no *Framework* do IIRC (TCU, 2019).

2.2 O *Framework* dos relatórios para divulgação dos intangíveis

O Relato Integrado demonstra as ligações entre a estratégia, governança e desempenho financeiro de uma organização e o contexto social, ambiental e econômico no qual ela opera (IASB, 2011). Sua estrutura utiliza uma abordagem baseada em princípios e elementos de conteúdo. O IIRC (2019) descreve os Princípios Básicos que sustentam a preparação de um relatório integrado, informando o conteúdo do relatório e a maneira pela qual a informação apresentada é ostentada, conforme expresso na Tabela 2.

Tabela 2

Princípios do relatório utilizado no estudo

Princípios	Descrição
Foco estratégico e orientação para o futuro.	Um relato integrado deve oferecer uma visão da estratégia da organização e como ela se relaciona com a capacidade da organização de gerar valor no curto, médio e longo prazos, bem como com o uso que faz dos capitais e seus impactos sobre eles.
Conectividade da informação.	Um relato integrado deve mostrar uma imagem holística da combinação, do inter-relacionamento e das dependências entre os fatores que afetam a capacidade da organização de gerar valor ao longo do tempo.
Relações com partes interessadas.	Um relato integrado deve prover uma visão da natureza e da qualidade das relações que a organização mantém com suas principais partes interessadas, incluindo como e até que ponto a organização entende, leva em conta e responde aos seus legítimos interesses e necessidades.
Materialidade.	Um relato integrado deve divulgar informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor em curto, médio e longo prazo.

Concisão.	Um relato integrado deve ser conciso.
Confiabilidade e completude.	Um relato integrado deve abranger todos os assuntos relevantes, tanto positivos quanto negativos, de maneira equilibrada e isento de erros materiais.
Coerência e comparabilidade.	As informações em um relato integrado devem ser apresentadas: (a) em bases coerentes ao longo do tempo; e (b) de maneira a permitir uma comparação com outras organizações na medida em que seja material para a capacidade da própria organização de gerar valor ao longo do tempo.

Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com o IIRC (2019), um Relato Integrado abrange oito Elementos de Conteúdo que estão fundamentalmente vinculados uns aos outros e não são mutuamente excludentes, conforme apresentado na Tabela 3:

Tabela 3

Elementos de conteúdo do relatório utilizado no estudo

Elemento	Descrição
Visão geral organizacional e ambiente externo.	O que a organização faz e sob quais circunstâncias ela atua?
Governança.	Como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor a curto, médio e longo prazo?
Modelo de negócios.	Qual é o modelo de negócios da organização?
Riscos e oportunidades.	Quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade da organização de gerar valor a curto, médio e longo prazo, e como a organização lida com eles?
Estratégia e alocação de recursos.	Para onde a organização deseja ir e como ela pretende chegar lá?
Desempenho.	Até que ponto a organização já alcançou seus objetivos estratégicos para o período e quais são os impactos no tocante aos efeitos sobre os capitais?
Perspectiva.	Quais são os desafios e as incertezas que a organização provavelmente enfrentará ao perseguir sua estratégia e quais são as potenciais implicações para seu modelo de negócios e seu desempenho futuro?
Base para apresentação.	Como a organização determina os temas a serem incluídos no relatório integrado e como estes temas são quantificados ou avaliados? (A Estrutura Internacional para Relato Integrado, www.theiirc.org).

Fonte: dados da pesquisa.

Além disso, no *Framework* (IIRC, 2013) é sugerido a divulgação de seis capitais, conforme elencado na Tabela 4.

Tabela 4

Seis capitais do relatório utilizados no estudo

Capital	Descrição
Capital financeiro – Conjunto de recursos.	Está disponível a uma organização para ser utilizado na produção de bens ou na prestação de serviços.

	• É obtido por meio de financiamentos, tais como dívidas, ações ou subvenções, ou gerado por meio de investimentos.
Capital manufaturado – Objetos físicos manufaturados (diferentes de objetos físicos naturais) disponíveis a uma organização para uso na produção de bens ou na prestação de serviços.	• Prédios; • Equipamentos; infraestrutura (tais como estradas, portos, pontes e plantas para o tratamento de esgoto e água).
Capital intelectual – são intangíveis organizacionais baseados em conhecimento.	• Propriedade intelectual, tais como patentes, direitos autorais, software, direitos e licenças; • “Capital organizacional”, tais como conhecimento tácito, sistemas, procedimentos e protocolos.
Capital humano – As competências, habilidades e experiência das pessoas e suas motivações para inovar, incluindo:	• Seu alinhamento e apoio à estrutura de governança, ao gerenciamento de riscos e aos valores éticos; • A capacidade de entender, desenvolver e implementar a estratégia de uma organização; • Lealdade e motivação para melhorar processos, bens e serviços, incluindo a capacidade de liderar, gerenciar e colaborar.
.Capital social e de relacionamento – As instituições e os relacionamentos dentro e entre comunidades, grupos de partes interessadas e outras redes, e a capacidade de compartilhar informações para melhorar o bem-estar individual e coletivo.	• Padrões compartilhados, bem como valores e comportamentos comuns; • Relacionamentos com as principais partes interessadas, a confiança e compromisso que uma organização desenvolve e procura construir e proteger com as partes interessadas externas. • Intangíveis associados com a marca e reputação desenvolvidas por uma organização; • Licença social para a organização operar.
Capital natural – Todos os recursos ambientais renováveis e não renováveis e processos ambientais que fornecem bens ou serviços que apoiam a prosperidade passada, presente e futura de uma organização.	• Água, terra, minerais e florestas; • A biodiversidade e a qualidade do ecossistema.

Fonte: dados da pesquisa.

Uma das características qualitativas de melhoria da informação contábil-financeira muito utilizada é a da comparabilidade, uniformidade e consistência (IASB, 2011). Baseando-se nestas características, o TCU aplicou a adequação da estrutura internacional (IIRC), elaborada e desenvolvida para as organizações privadas, que, por meio de sua flexibilidade, tornou viável a utilização nas organizações públicas, conforme Tabela 5 (TCU, 2019).

Tabela 5*Análise de elementos de conteúdo do IIRC e DN TCU nº 170/18*

Elementos de Conteúdo IIRC	Elementos de Conteúdo DN TCU nº 170/18
Visão Geral Organizacional	Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo
1. Missão e declaração de visão. 2. Explicações gerais sobre cultura organizacional, ética e valor. 3. Código de conduta/ética. 4. Estrutura operacional. 5. Cenário competitivo e posicionamento de mercado. 6. Número de funcionários. 7. Área de atuação geográfica da organização. 8. Ambiente externo. 9. Governança. 10. Entradas. 11. Saídas. 12. Resultados. 13. Desempenho. 14. Outlook.	1. Identificação da UPC e declaração da sua missão e visão. 2. Estrutura organizacional e de governança (conselhos ou comitês de governança, mecanismos de supervisão, liderança, estratégia e comunicação com partes interessadas, entre outros que visam à boa governança). 3. Modelo de negócios, abrangendo insumos, atividades, produtos, impactos e beneficiários. 4. Se for o caso, relação de políticas e programas de governo, bem como de programas do Plano Plurianual (PPA) e de outros planos nacionais, setoriais e transversais de governo nos quais atua, com seus respectivos objetivos e metas. Indicação de endereço na internet onde se encontram os planos de ação por meio dos quais se desdobram os mencionados objetivos, contendo, pelo menos, o nome do plano desdobrado, as organizações responsáveis, as partes interessadas e os resultados alcançados e planejados. 5. Descrição dos principais processos de trabalho e produtos que contribuem para o alcance dos resultados e para a geração de valor, apoiada, sempre que possível, em um diagrama de cadeia de valor. 6. Informações sobre contratos de gestão firmados e de que forma são integrados no valor gerado pela organização. 7. Relações com o ambiente externo e as partes interessadas. 8. Descrição dos principais processos de trabalho e produtos que contribuem para o alcance dos resultados e para a geração de valor, apoiada, sempre que possível, em um diagrama de cadeia de valor. 9. Informações sobre contratos de gestão firmados e de que forma são integrados no valor gerado pela organização. 10. Relações com o ambiente externo e as partes interessadas. 11. Capital social e participação em outras sociedades, se aplicável. 12. Governança, estratégia e alocação de recursos. 13. Riscos, oportunidades e perspectivas. 14. Resultados e desempenho da gestão. 15. Informações orçamentárias, financeiras e contábeis. 16. Esclarecimentos acerca da forma como foram tratadas as demonstrações contábeis.

Fonte: dados da pesquisa.

3 Metodologia

Esta pesquisa teve por objetivo realizar uma pesquisa documental, com abordagem quali-quantitativa, nos relatórios de gestão de quatro Universidades Públicas Federais para o período de cinco anos, com o objetivo de desenvolver um modelo de mensuração da qualidade de divulgação de ativos intangíveis para instituições públicas de ensino superior no Brasil. As três esferas institucionais públicas poderão utilizar o mesmo modelo desenvolvido, independentemente das atividades ou do objetivo proposto nesta pesquisa, pois a DN TCU nº 170/18 é imposta à administração pública direta, autárquica ou fundacional.

A forma de coleta de dados utilizada neste artigo é classificada como não invasiva, por pesquisa de levantamento. É exploratória por buscar identificar um tema, utilizando registros contínuos de documentos das organizações estudadas, com base na Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, em seu artigo 3, inciso II, através de consultas realizadas em plataformas *Scopus* e *Web of Science* (WoS) de pesquisas científicas. Assim, as informações puderam ser coletadas sem que houvesse interferência no objeto, preservando a integridade do ambiente de estudo, e impedindo uma interferência indesejada nos resultados (Gray, 2012).

3.1 População ou Amostra

Os relatórios anuais integrados da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense foram utilizados como amostra para coleta e análise dos dados. O Relatório de Gestão anual no formato do Relato Integrado foi implementado em órgãos e entidades do setor público federal em 2018 pelo Tribunal de Contas da União (TCU). É uma estrutura mais coesa para a prestação de contas anual e para divulgação dos resultados alcançados sob responsabilidade da gestão pública, em um determinado período, às partes interessadas (*Stakeholders*).

Essas universidades foram selecionadas, pois de acordo com o Índice Geral de Cursos (IGC), que avalia a qualidade das universidades pelo MEC, a UFRJ é destacada com cinco pontos e as demais (UFF, UFRRJ e UNIRIO) com quatro pontos em uma escala de 0 a 5 (Inep, 2022).

Centenária e respeitada internacionalmente, a UFRJ foi criada em 1920, entre as 10 melhores na América Latina, formou ex-alunos notáveis, como o indicado ao Prêmio Nobel da Paz, Osvaldo Aranha, os escritores Jorge Amado, Clarice Lispector, o arquiteto Oscar Niemeyer, os médicos Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, a jornalista Fátima Bernardes, e o matemático Artur Ávila, primeiro latino-americano a receber a Medalha Fields, honraria considerada equivalente ao Prêmio Nobel concedida a matemáticos de até 40 anos de idade. Possui projetos de ponta nas áreas científica e cultural. A antiga Universidade do Brasil tem sob seu escopo 9 hospitais e institutos de atenção à saúde, 13 museus, 1.456 laboratórios, 1.863 projetos de extensão, 14 prédios tombados, 45 bibliotecas e um Parque Tecnológico de 350 mil metros quadrados, com *startups* e empresas de protagonismo nacional e internacional (UFRJ, 2024).

A UFF, fundada em 1960 em Niterói, no Rio de Janeiro, oferece 125 cursos de graduação presenciais e 6 cursos de graduação a distância oferecidos em 28 polos da Universidade Aberta do Brasil, em convênio com o CEDERJ-RJ. Na pós-graduação Stricto Sensu são 85 programas e 126 cursos, sendo 44 de doutorado, 66 de mestrado acadêmico e 16 mestrados profissionais. Já na modalidade Lato Sensu, estão disponíveis 150 cursos de

especialização e 45 programas de residência médica. Entre os ex-alunos notáveis da UFF, estão nomes como a escritora Conceição Evaristo e o físico e presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ricardo Galvão, Ranieri Mazzili, ex-presidente da Petrobras Maria das Graças Foster, cadeira 33 da Academia Brasileira de Letras, Evanildo Bechara, ex-presidente da FIFA, João Havelange, o velejador Torben Grael, filha de Carlos Prestes, Anita Leocádia Prestes e o antropólogo Roberto DaMatta (UFF, 2024).

Situada em Seropédica, Rio de Janeiro, a UFRRJ surgiu em 1910. Com mais de 50 cursos de graduação, sendo dois na modalidade de ensino a distância, a Universidade conta com mais de 10 mil estudantes e mil docentes. Ficou em 48o lugar entre as melhores instituições de ensino superior do país, sendo que na área de ensino e pesquisa, subiu para o 32º e 36º lugar, respectivamente. Possui o maior campus universitário da América Latina, com aproximadamente 3024 hectares, e um conjunto arquitetônico de 13.1346 m² de área construída (UFRRJ, 2024).

Credenciada pelo MEC em 1969, a Unirio possui cursos de graduação, extensão e pós-graduação nas áreas de ciências humanas, exatas e biológicas, nas modalidades presencial e a distância. Fora a parte científica, a UNIRIO se consagra por ter alunos notáveis que estudaram nos cursos de Ciência política (Duda Beat), Arquivologia (Jaime Antunes da Silva), Medicina (Ronaldo Caiado, Alexandre Serfiotis e Enéas Carneiro), Música (Nilze Carvalho e Paulinho da Viola), Pedagogia (Mestre Ferradura) e Teatro e Artes Cênicas (Camila Pitanga, Dira Paes, Marco Nanini, Mateus Solano, Micaela Góes e Tatá Werneck) (UNIRIO, 2021).

O MEC (2024) noticiou que o Academic Ranking of World Universities (ARWU) classificou a UFRJ como uma das melhores a nível mundial, obedecendo aos critérios de qualidade na educação, da instituição, impacto da pesquisa acadêmica e desempenho per capita. Com base nestes históricos, as Universidades Federais cariocas tornaram-se verdadeiras produtoras de ativos humanos em nosso País.

O período analisado é de 2018, data do estabelecimento por instrução normativa (DN170/2018) da adoção do Relato Integrado na administração pública federal, até o último relatório disponibilizado para consulta na data da pesquisa.

3.2 Coleta de dados

Os dados, conforme Tabela 1, são coletados nos documentos, Relatórios de Gestão Integrados, na seção de informações sobre o modelo de serviços e geração de valor público, cadeia de valor, riscos, oportunidades e perspectivas, governança, estratégia e desempenho, gestão da tecnologia da informação, informações orçamentárias e contábeis e demonstrações contábeis, que estiverem disponíveis nos sites oficiais das Universidades Públicas Federais do Estado do Rio de Janeiro. Os dados disponíveis podem ser adquiridos através do site www.portaltransparencia.gov.br, que são livremente publicizados aos cidadãos brasileiros pelo Governo Federal.

Na Tabela 6, estão listados os links utilizados para acessar os relatórios analisados no estudo.

Tabela 6*Endereços eletrônicos para consulta pública dos relatórios de gestão*

Instituição.	Endereços eletrônicos para consulta pública.
UFRJ	https://contas.tcu.gov.br/econtasWeb/web/externo/listarRelatoriosGestao.xhtml , https://planejamento.ufrj.br/index.php/nv-gabinete-do-pro-reitor-2/orcamento-participativo-ufrj-2
UNIRIO	http://www.unirio.br/
UFRRJ	https://portal.ufrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrj/
UFF	https://www.uff.br/?q=processos-de-contas-anuais

Fonte: *Dados da pesquisa.*

3.3 Técnica e Análise de Dados

Baseando-se na Teoria Fundamentada em Dados ou *Grounded Theory* (Wiesche, Jurisch, Yetton, & Krcmar, 2017) e da avaliação da qualidade da divulgação dos relatórios anuais (Pistoni, Songini, & Bavagnoli, 2018), esta pesquisa realizou uma seleção dos Relatórios de Gestão Anuais, Demonstrações Contábeis e Relatórios de Gestão Integrados através da busca no site do www.portaltransparencia.gov.br.

Proposta por Glasser e Strauss (1999), a Teoria Fundamentada em Dados ou *Grounded Theory*, apresentando-se como um complemento à análise qualitativa, tem como base a interpretação dos dados coletados, onde se possibilita desenvolver uma teoria indutiva. Desta forma, através de uma análise minuciosa do conteúdo extraído de documentos e relatórios, pôde-se concluir teoricamente o estudo (Wiesche, Jurisch, Yetton, & Krcmar, 2017; Sampieri, Collado, & Lúcio, 2013; Creswell, 2014; Richardson, 2017).

As consultas realizadas abordaram informações fornecidas pelas quatro Universidades Públicas Federais do Estado do Rio de Janeiro em seus sites oficiais, isto é, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

A análise do conteúdo foi realizada através de procedimentos interpretativos e os seus conceitos pela observação minuciosa de padrões e dados fornecidos pelos relatórios de gestão anuais divulgados pelas Universidades, através de meios digitais disponíveis. Utilizaram-se os elementos de conteúdo da DN TCU nº 170/18 como padrão de análise. O conteúdo ou fatores foram analisados da seguinte forma:

1. Localização dos elementos recomendados pela DN TCU nº 170/18, conforme Tabela 5, nos relatórios;
2. Estruturar um sistema de pontuação para cada variável da área de conteúdo observada (Tabela 7);
3. Dimensionar as áreas observadas em três quadrantes, conforme adaptada da proposta de Pistoni, Songini e Bavagnoli (2018) (Tabela 7);
4. Estruturar um sistema avaliativo dos ativos intangíveis (Tabela 9);

5. Dimensionar as áreas observadas em quatro níveis, conforme adaptada da proposta de Silva, Malacarne, Macêdo e De-Bortoli (2020) (Tabela 1 e Tabela 9).

A estrutura de avaliação da qualidade dos relatórios e seus critérios são adaptados da proposta de Pistoni, Songini e Bavagnoli (2018). Para tanto, utiliza-se uma escala de mensuração de cinco pontos. O sistema de pontuação de cada variável da área de conteúdo foi elaborado conforme os elementos de conteúdo da DN TCU nº 170/18.

A Figura 1 revela a fórmula para o cálculo envolvendo a avaliação das variáveis para a produção dos índices de divulgação (ID).

$$ID = \frac{\sum_{i=1}^t IDi}{t}$$

Figura 1 *Fórmula para o Índice de Divulgação – ID*

Fonte: dados da pesquisa.

Onde:

$IDi = 0$ a 5

$IDi = 0$ se o elemento de conteúdo ausente; ausência de qualquer elemento que possa facilitar a leitura e compreensão do documento (ou seja, gráficos, tabelas, etc.).

$IDi = 1$ se o elemento de conteúdo presente é uma descrição pobre, principalmente qualitativa; escasso uso de gráficos e tabelas, que não estejam interligados.

$IDi = 2$ se o elemento de conteúdo presente; descrição com base em algumas informações quantitativas. Presença adequada de gráficos e tabelas; índice com apenas alguns detalhes.

$IDi = 3$ se o elemento de conteúdo presente; descrição equilibrada dos conteúdos; quantidade média de informações. Equilíbrio entre fluxo narrativo e gráficos / tabelas.

$IDi = 4$ se o elemento de conteúdo presente; descrição boa e detalhada dos conteúdos. Gráficos e tabelas facilitam a compreensão do documento; referências a outras seções do documento evitam a redundância de informações.

$IDi = 5$ se o elemento de conteúdo presente; excelente descrição dos conteúdos. Muito bom uso de gráficos e tabelas; índice detalhado com *hiperlinks*; *hiperlinks* para fontes externas, para o site da empresa ou outros documentos.

t = O número máximo de elementos, definidos pelo estudo, que uma organização poderia divulgar (Ativos humanos (AH) $t = 30$, Ativos de Inovação (AI) $t = 20$, Ativos estruturais (AE) $t = 40$ e Ativos de relacionamento (AR) $t = 35$).

A mesma fórmula de ID será utilizada nos cálculos da concisão através do número de páginas e na acessibilidade dos documentos de acordo com as tabelas 7 e 10.

A estrutura de avaliação da qualidade dos relatórios é adaptada da proposta de Pistoni, Songini e Bavagnoli (2018). Para tanto, utiliza-se uma escala de mensuração de cinco pontos, conforme as colunas um e dois da Tabela 7. A concisão através do número de páginas nos relatórios será analisada obedecendo aos critérios da coluna três da Tabela 7. A acessibilidade foi pontuada conforme os critérios definidos na coluna quatro da Tabela 7.

Tabela 7*Sistema de pontuação de cada variável da área de conteúdo, concisão e acessibilidade*

Pontuação.	Variável da área de conteúdo	A concisão através do nº de páginas do relatório	Acessibilidade do documento
0	Elemento de conteúdo ausente; ausência de qualquer elemento que possa facilitar a leitura e compreensão do documento (ou seja, gráficos, tabelas, etc.).	Zero.	Zero.
1	Elemento de conteúdo presente, mas uma descrição pobre, principalmente qualitativa; escasso uso de gráficos e tabelas, que não estejam interligados.	Acima de 200 páginas.	Possui apenas documento impresso;
2	Elemento de conteúdo presente; descrição com base em algumas informações quantitativas. Presença adequada de gráficos e tabelas; índice com apenas alguns detalhes;	De 151 a 200 páginas.	Somente há disponibilidade do relatório no site institucional e em versão PDF.
3	Elemento de conteúdo presente; descrição equilibrada dos conteúdos; quantidade média de informações. Equilíbrio entre fluxo narrativo e gráficos / tabelas.	De 101 a 150 páginas.	O relatório possui outras opções de arquivo, possibilitando extrair informações. Porém, somente é acessível no site institucional.
4	Elemento de conteúdo presente; descrição boa e detalhada dos conteúdos. Gráficos e tabelas facilitam a compreensão do documento; referências a outras seções do documento evitam a redundância de informações.	De 51 a 100 páginas.	Há disponibilidade do relatório online de forma interativa, não somente no site institucional. Utilização de ferramentas de TI como facilitador de acesso.
5	Elemento de conteúdo presente; excelente descrição dos conteúdos. Muito bom uso de gráficos e tabelas; índice detalhado com <i>hiperlinks</i> ; <i>hiperlinks</i> para fontes externas, para o site da empresa ou outros documentos.	Até 50 páginas.	O usuário possui amplo acesso aos conteúdos do documento, possibilitando utilizar outras plataformas como o <i>LinkedIn</i> , <i>Twitter</i> , <i>Facebook</i> . Também oferece a alternativa de se extrair informações com outras opções de arquivos para se personalizar o relatório.

Fonte: *Dados da pesquisa.*

A identificação dos ativos intangíveis nos relatórios analisados foi realizada a partir da Visão Baseada em Recursos (*Resource-based view*) desenvolvida na pesquisa de Kayo (2002), que é utilizada na explicação de diferenças entre o desempenho e a capacidade das organizações na criação e sustentação de vantagens competitivas. Visa identificar críticas, sugestões, soluções e outras indicações teóricas ou empíricas possíveis. Esta técnica facilita a localização dos dados nos relatórios públicos com base em um quadrante específico.

O quadrante integra as quatro dimensões dos ativos intangíveis ao conteúdo da DN 170/18 e uma base teórica, conforme Tabela 8.

Tabela 8

O quadrante dos intangíveis e a DN nº 170/18

Dimensões	Conteúdo da DN 170/18 (Tab. 5)	Base teórica
Ativos humanos (AH): Know-how, educação, qualificação vocacional, conhecimento relacionado ao trabalho, avaliações ocupacionais, avaliações psicométricas, competências relacionadas ao trabalho, ímpeto de empreendedorismo, inovatividade, capacitações proativas e reativas, mutabilidade, conhecimento, talento, capacidade, habilidade e experiência dos empregados, administração superior ou empregados-chave.	Itens: 14, 15, 25, 26, 27, 28.	"Toda capacidade, conhecimento, habilidade e experiência individual dos empregados e gerentes estão incluídos no termo capital humano". Edvinsson e Malone, 1998 "O conhecimento existente em uma organização e que pode ser usado para criar uma vantagem diferencial". (Stewart, 1998)
Ativos de Inovação (AI): P&D, Pesquisa e Desenvolvimento, patente, fórmulas secretas, know-how tecnológico.	Itens: 25, 26, 27, 28	A renovação de capacidades de uma empresa sob a forma de propriedades intelectuais e outros ativos intangíveis utilizados para criar e introduzir novos produtos e serviços para o mercado. (Edvinsson e Malone, 1998)
Ativos estruturais (AE): Propriedade Intelectual: Patentes, direitos autorais, direitos de projeto, segredos industriais, marcas registradas, software proprietário. Ativos de Infraestrutura: Filosofia gerencial, cultura corporativa, processos gerenciais, segredos industriais, marcas registradas, sistemas de informação, sistemas de rede, sistemas administrativos, inteligência de mercado, canais de mercado, banco de dados.	Itens: 6, 13, 14, 15, 25, 26, 27, 28.	"O foco do capital estrutural é conter e reter o conhecimento humano, para que ele se torne propriedade da empresa." (Stewart, 1998)
Ativos de relacionamento (AR): Acordos de franquias, clientes, fidelidade do cliente, nomes de companhias, pedidos em carteira, canais de distribuição, colaborações comerciais, acordos de licenciamento, contratos favoráveis, marcas, logos, trademarks, contratos com clientes, fornecedores, contratos de	Itens: 7, 8, 9, 25, 26, 27, 28.	São os relacionamentos contínuos com pessoas e organizações a fim de negociar seus produtos e serviços. Conhecido como Capital de Clientes. (Stewart, 1998)

licenciamento, franquias, direitos de exploração mineral, de água.		
--	--	--

Fonte: dados da pesquisa.

Cada elemento mencionado para cada quadrante foi buscado nos relatórios anuais. Os elementos localizados nos relatórios de gestão são agrupados e somados de acordo com o grupo a que pertencem, classificados no quadrante dos intangíveis.

Na Figura 2 é apresentada a fórmula para o cálculo envolvendo a análise vertical contábil dos investimentos realizados no quadrante de recursos dos ativos intangíveis (DI – desenvolvimento do índice) e percentual do DI.

$$AV = \text{Valor Cta X} / t \times 100$$

Figura 2 Fórmula para análise vertical

Fonte: dados da pesquisa.

Onde:

AV = análise vertical.

Valor Cta X = valor total de pontos da divulgação de cada ativo intangível no período.

t = valor máximo de pontos da divulgação dos ativos intangíveis no período por quadrante.

100 = índice máximo de porcentagem.

O modelo busca a localização dos elementos através da divulgação dos relatórios de prestação de contas anuais, o percentual dos valores reconhecidos como ativos intangíveis que fazem parte do balanço patrimonial e como tem sido aplicado para a geração de valor.

4 Resultados e Discussão

Com base nos elementos dos ativos intangíveis da Tabela 1, com a aplicação da fórmula da Figura 2, realizaram-se os cálculos para alcançar os resultados da Tabela 9.

Tabela 9

Resultado do índice dos Intangíveis

Ano		2018		2019		2020		2021		2022		2023	
UFES	AnC	IDi	AV	IDi	AV	IDi	AV	IDi	AV	IDi	AV	IDi	AV
UFF	AH	4	27	4	29	4	27	4	27	4	24	4	24
	AI	4	27	4	29	4	27	4	27	5	29	5	29
	AE	4	27	3	21	4	27	4	27	4	24	4	24
	AR	3	20	3	21	3	20	3	20	4	24	4	24
	Total Σ	15	100	14	100	15	100	15	100	17	100	17	100
UFRRJ	AH	3	27	3	27	3	27	3	27	3	27	3	27
	AI	3	27	3	27	3	27	3	27	3	27	3	27
	AE	3	27	3	27	3	27	3	27	3	27	3	27

	AR	2	18	2	18	2	18	2	18	2	18	2	18
	Total Σ	11	100	11	100	11	100	11	100	11	100	11	100
UFRJ	AH	3	30	3	27	3	27	3	27	3	27	3	27
	AI	3	30	3	27	3	27	3	27	3	27	3	27
	AE	2	20	3	27	3	27	3	27	3	27	3	27
	AR	2	20	2	18	2	18	2	18	2	18	2	18
	Total Σ	10	100	11	100	11	100	11	100	11	100	11	100
UNIRIO	AH	3	27	3	27	3	27	3	27	3	27	3	27
	AI	3	27	3	27	3	27	3	27	3	27	3	27
	AE	3	27	3	27	3	27	3	27	3	27	3	27
	AR	2	18	2	18	2	18	2	18	2	18	2	18
	Total Σ	11	100	11	100	11	100	11	100	11	100	11	100

Nota: Onde se lê "0" significa que os dados não foram informados ou não localizados nos relatórios das instituições. AH = Ativos Humanos, AI = Ativos de Inovação, AE = Ativos Estruturais, AR = Ativos Relacionais, Ativo não Circulante (AnC), IDi = Índice de Divulgação e Avaliação da Variável (AV).

Fonte: dados da pesquisa.

Com relação aos intangíveis, a maioria das universidades tende a valorizar os ativos de inovação e humanos. Nos relatórios de gestão, os ativos relacionais receberam o menor índice médio de qualidade nas divulgações. A divulgação das informações sobre os ativos de inovação e ativos estruturais intermediaram o quadrante em seus níveis de qualidade.

A UFF divulgou 26% de seus ativos intangíveis humanos, 28% dos intangíveis de inovação, 23% são ativos estruturais e finalmente 21% são dos ativos relacionais. Enquanto na UFRRJ, os ativos de inovação, humanos e estruturais atingiram cada uma delas uma média total de 27% de divulgação dos ativos intangíveis e os ativos relacionais alcançou 18% na qualidade da divulgação de seus ativos intangíveis.

Já na UFRJ, os ativos intangíveis mais significantes foram os ativos humanos com 27% e os ativos de inovação, com 27% do total de ativos intangíveis do grupo dos não circulantes, em seguida vem os ativos estruturais, em uma média de 26% e por último os ativos relacionais com 18%. Enquanto na UNIRIO, os ativos de inovação, humanos e estruturais atingiram cada uma delas uma média total de 27% de divulgação dos ativos intangíveis e os ativos relacionais alcançou 18% na qualidade da divulgação.

A situação patrimonial da UFRJ não estava clara com relação à suficiência de dados para a análise. As informações relativas aos ativos permanente e intangível foram localizadas parcialmente na divulgação dos relatórios de gestão de 2021 a 2023.

Nesta análise, em uma média geral, pôde-se visualizar discrepâncias na variação da qualidade da divulgação quando se observou que os ativos intangíveis humanos receberam 27%, os ativos de inovação possuíam 26%, os ativos estruturais receberam 25% na análise, enquanto os ativos relacionais alcançaram um percentual de 19% em nível de qualidade nos RG's das Universidades.

Desta forma, pode-se concluir que as Universidades Públicas Federais desenvolveram mais os ativos intangíveis humanos na conta dos seus ativos não circulantes. No entanto, percebe-se que os ativos intangíveis relacionais possuem o menor percentual de qualidade publicado nos relatórios de gestão dos últimos seis anos.

Comparando às Universidades Públicas pesquisadas, pode-se observar que o ponto forte do quadrante são os ativos humanos e de inovação e, consecutivamente, estruturais. Porém, não se preocuparam com os ativos relacionais que medem marcas, logos, *trademarks*, direitos

autorais, contratos com clientes e fornecedores, contratos de licenciamento e franquias, direitos de exploração mineral e de água, entre outros.

Percebe-se que não há divulgação de forma adequada da contabilidade nos relatórios de gestão anuais, visto que, em sua maioria, não dão o devido valor aos ativos intangíveis, possibilitando uma desvalorização institucional pela falta de transparência. Fato este observado quando se verificou que as Universidades Públicas possuem um grande volume de ativos intangíveis, por se tratar de uma instituição que potencializa a produção científica e tecnológica, e que lida constantemente com as quatro dimensões desta análise. Porém, os níveis de qualidade de alguns quadrantes não são satisfatórios na publicação dos intangíveis nos relatórios de prestação de contas anuais.

Entende-se que, assim como na aderência aos Relatórios Integrados, quando houve uma necessidade de expansão e interligação das informações financeiras e não financeiras para uma divulgação transparente e concisa dos relatórios, a divulgação dos ativos intangíveis necessita de uma mesma adequação quando elaborados na prestação de contas anuais. A falta de transparência e destaque das informações dificultou avaliar de forma adequada a análise da qualidade de divulgação dos ativos realizada.

Abordando uma análise estratégica, este ponto fraco pode demonstrar perdas de agregação de valor institucional que possibilitariam um crescimento da organização perante seus *stakeholders*. Isto pode influenciar na tomada de decisão de seus gestores, engessando as oportunidades de desenvolvimento.

Os ativos humanos são bem investidos na educação, porém não ao ponto de massificar criticamente para alcançar os níveis de desempenho desejáveis. Principalmente em termos de divulgação e mobilidade internacional de alunos.

O resultado da avaliação da qualidade da concisão e acessibilidade dos relatórios anuais divulgados pelas quatro universidades encontra-se na Tabela 10:

Tabela 10

Resultado do índice de divulgação universitária.

Ano		2018		2019		2020		2021		2022		2023	
UFES	Q	AV	%	AV	%	AV	%	AV	%	AV	%	AV	%
UFF	C	2	40	3	60	4	80	3	60	4	80	4	80
	A	2	40	2	40	2	40	3	60	3	60	3	60
UFRRJ	C	2	40	2	40	3	60	3	60	1	20	1	20
	A	2	40	2	40	2	40	3	60	3	60	3	60
UFRJ	C	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20
	A	2	40	2	40	2	40	3	60	3	60	3	60
UNIRIO	C	3	60	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40
	A	2	40	2	40	2	40	3	60	3	60	3	60

Nota: Q = Quadrante, C = Concisão, A = Acessibilidade AV= Análise da Variável e % = Percentual de divulgação.

Fonte: dados da pesquisa.

Na concisão através do número de páginas, o destaque é a UFF com 67% de adequação na média do nível de qualidade nos seis anos, em seguida a UNIRIO com 43%, depois vem a UFRRJ com 40% e, por último, a UFRJ com 20%.

O nível de acessibilidade das quatro universidades igualou-se no estudo realizado. O estudo mostra um empate na análise, onde produziu um score de 40% no nível de acessibilidade

em seu resultado final nas quatro universidades nos três primeiros anos observados. Nos dois últimos anos (2022 e 2023), as universidades apresentaram progresso nos meios de acesso aos seus relatórios em um score de 60% de forma igualitária. O mesmo resultado ocorreu devido à similaridade na utilização de meios de acesso aos relatórios.

Esta variação corrobora com o resultado do índice dos intangíveis em relação à divulgação de forma mais adequada na contabilidade nos relatórios de gestão anuais, dificultando a localização das informações e a avaliação da qualidade anteriormente realizada.

A descoberta neste estudo busca chamar a atenção para a observação dos ativos intangíveis das universidades públicas com relação à tomada de decisão e para que estes investimentos possam contribuir para seu desenvolvimento e qualidade dos serviços prestados.

O presente estudo reconhece a importância nas divulgações dos ativos financeiros e não financeiros das universidades às expectativas das partes interessadas e principalmente as do mercado, inclusive por se tratar de um espaço de reprodução da formação social dominante.

Este modelo implica uma oportunidade de se analisar as tendências dos ativos intangíveis institucionais para implantação de melhores práticas e agregação de valor, conhecendo os pontos fortes e fracos da organização e desenvolvendo a qualidade na divulgação dos relatórios de gestão pública, incluindo também a contribuição da pesquisa para a tomada de decisão.

5 Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo desenvolver um modelo de mensuração da qualidade de divulgação de ativos intangíveis para instituições públicas de ensino superior no Brasil. As análises foram realizadas após a avaliação da qualidade das informações divulgadas em seis anos.

Após a avaliação da qualidade das informações, os relatórios demonstram uma evolução gradual nos níveis de aderência ao *Framework* do RI no período de 2018 a 2023, possibilitando analisar a divulgação dos ativos intangíveis. A acessibilidade evoluiu nos dois últimos anos. A concisão variou entre 20, 40, 43 e 67% em média nos seis anos. A análise demonstra um processo de adesão ao novo modelo de relatório imposto pelo TCU que teve como pretensão a implantação nos 1.115 órgãos da administração pública a partir de 2018.

Porém, independentemente da redução do volume orçamentário, o nível de aceitação do novo modelo de divulgação nas universidades apresentou um aumento imperceptível na divulgação de conteúdos nos relatórios de gestão a partir de 2019.

Desta forma, descobriu-se que, apesar de uma redução dos recursos orçamentários, pôde-se considerar bem-sucedida a adesão ao novo modelo de relatório e o ocorrido não impossibilitou a análise realizada.

Os ativos intangíveis demonstraram tendência para os ativos intangíveis humanos que atingiram 27%, em seguida os ativos de inovação com 26% dos intangíveis, os ativos estruturais alcançaram 25% e ocuparam a terceira posição do total geral, enquanto, finalmente os ativos relacionais atingiram uma média de 19% de ativos intangíveis do volume total investido nos últimos seis anos analisados. Surpreendentemente, encontrou-se os ativos intangíveis relacionais com o menor percentual em todo o período nos relatórios de gestão.

A marca institucional, objeto que influencia diretamente o interesse dos *stakeholders*, provém exatamente dos ativos intangíveis relacionais que, por sua vez, obtiveram os menores percentuais de qualidade na divulgação dos relatórios anuais nos últimos cinco anos.

Descobriu-se que o ponto forte do quadrante são os ativos humanos, de inovação e, consecutivamente, os estruturais.

Outro detalhe que se pôde observar é que os relatórios em geral falaram pouco sobre sustentabilidade nas Universidades Públicas Federais. A visão sustentável tem sido pouco difundida nestas instituições públicas.

Percebeu-se também que as Universidades Públicas Cariocas possuem um grande volume de ativos intangíveis, por se tratar de uma instituição que potencializa a produção científica e tecnológica, e que lida constantemente com as quatro dimensões desta análise.

Porém, as universidades divulgam timidamente alguns itens dos quadrantes analisados sobre a publicação dos intangíveis nos relatórios de gestão anuais. Este procedimento pode impossibilitar a agregação de valor e o crescimento da organização perante seus *stakeholders*. Assim como, pode afetar a tomada de decisão de seus gestores, engessando as oportunidades de seu desenvolvimento.

Avaliando-se o estudo atual, pôde-se verificar que as tendências deste segmento são para dois ativos: ativos intangíveis humanos e os ativos intangíveis de inovação.

A Norma Internacional de Contabilidade IAS 38 exige que uma entidade reconheça um ativo intangível, assim como instrua as divulgações específicas sobre estes ativos e também especifica como mensurar seu valor contábil. Porém, não se identificou em termos de qualidade a divulgação instruída pelo IAS 38, tampouco a mensuração dos valores contábeis realizados.

Fato este que contradiz também a exigência normativa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) número 04 (R1), onde se menciona que o custo deste ativo deve ser mensurado com confiabilidade.

Este estudo possui limitações, pois foram analisados os cinco primeiros anos de implantação da DN TCU 170/2018, onde somente quatro Universidades Federais do Estado do Rio de Janeiro fizeram parte da análise.

Sugere-se para a continuidade deste estudo a ampliação do período, número de instituições e, se possível, ampliar também o quadrante da análise para aumentar a dimensão da pesquisa.

Referências

Alves, N., Athayde, M., Nascimento, I., & Croelhas, L. (2020). Evidenciação do capital intelectual no Relato Integrado de empresas brasileiras participantes de programa piloto internacional. *P2P e Inovação*. 7. 227-243. [10.21721/p2p.2020v7n1.p227-243](https://doi.org/10.21721/p2p.2020v7n1.p227-243).

Araújo, R. M., & Costa, A. (2019). Ativos intangíveis de universidades públicas federais: mensuração a luz da literatura brasileira do setor privado. In: *Congresso Internacional de Contabilidade Pública*, 2., 2019, Lisboa. Disponível em: https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/iicicp//finais_site/58.pdf. Acesso em: 04 abr. 2019.

Blasco, N., Brusca, I., & Labrador, M. (2019). Assessing sustainability and its performance implications: An empirical analysis in Spanish public universities. *Sustainability*, 11(19), 5302. <https://doi.org/10.3390/su11195302>.

CGU (2024). *Portal da transparência da Controladoria Geral da União*. <https://portaldatransparencia.gov.br/orgaos/26245?Ano=2024>.

Crawford, R. (Eds.). (1994). *Na era do capital humano: o talento, a inteligência e o conhecimento como forças econômicas, seu impacto nas empresas e nas decisões de investimento*. Atlas, 186 p. ISBN 8522411026.

Creswell, J. W. (2014). *Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches* (4ª ed.). Thousand Oaks, CA: Sage. DOI: [10.5539/elt.v12n5p40](https://doi.org/10.5539/elt.v12n5p40)

Decisão Normativa-TCU nº 170 (2018). Testimony of Tribunal de Contas da União-TCU. 19 de setembro de 2018, Gov.br. Recuperado 22 de maio de 2024, de <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/contas-do-exercicio-de2018.htm>.

Demonstrações Contábeis (2024). Ufrj.br. Recuperado 22 de maio de 2024, de <https://planejamento.ufrj.br/demonstracoes-contabeis/>

Eccles, R.G., Ioannou, I. e Serafim, G. (2014), The Impact of Corporate Sustainability on Organizational Processes and Performance (23 de dezembro de 2014). *Management Science*, Volume 60, Edição 11, pp. 2835-2857, fevereiro de 2014, disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1964011> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1964011>

Edvinsson, L., & Malone, M. S. (1998). *Capital intelectual*. São Paulo: Makron Books. <http://www.oceantomo.com/BLOG/2015/03-05-OCEAN-TOMO-2015-INTANGÍVEL-ASSET-MARKET-VALUE/>>

E-learning S. A. S. (2024). *Ativos intangíveis: impacto na criação de valor para a empresa*. Site crossknowledge.com. Disponível em: www.crossknowledge.com.

Glaser, B., & Strauss, A. (1999). *Descoberta da Teoria Fundamentada: Estratégias para Pesquisa Qualitativa* (1ª ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203793206>

Gray, D. E. (2012). *Pesquisa no mundo real*. Penso Editora, Jul 1, 2016 - Science - 486 pages.

Guerrero, Y. M. N. & Monroy, C. R... (2015). Gestão de recursos intangíveis em instituições de educação superior. *Revista de Administração de Empresas*, 55(1), 65–77. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020150107>.

Hendriksen, E.S., & Van Breda, M.F. (1999). *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 550 p.

Hoss, O. (2021). Intangible assets evaluation : Systematic and scientific validation at Itaipu Technological Park – PTI Brazil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*. <https://doi.org/10.14392/asaa.2021140305>.

International Accounting Standards Board [IASB] (2011). *Conceptual Framework for Financial Reporting*. Recuperado de <http://www.ifrs.org>.

IFRS (2020). *IAS 38 ativos intangíveis. Normas contábeis de 15 de novembro de 2020*. <https://www.ifrs.org/supporting-implementation/supporting-materials-by-ifrs-standards/ias-38/>

IIRC (2013), *The Integrated Reporting Framework*. Disponível em: <https://integratedreporting.org/resource/international-ir-framework/> (acessado em 15 de outubro de 2024).

IIRC (2020). *The Integrated Reporting Framework*, 2020. Disponível em: <https://www.integratedreporting.org/2020revision/> (acessado em 12 de julho de 2022).

Institute of Directors in Southern Africa (IOSDA) (2009). *King report on governance for South Africa 2009*. King Report III. Disponível em: www.iodsa.co.za/resource/resmgr/king_iii/King_Report_on_Governance_fo.pdf (acessado em 20 de maio de 2016).

Kaplan, R. S., & Norton, D. P. (1997). *Balanced scorecard de estratégia em ação* (13a). Em Rio de Janeiro: Campus.

Kayo, E. K. (2002). *A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas* (Tese de Doutorado em Administração). FEA/USP, São Paulo, Brasil.

Kayo, Eduardo Kazuo, Kimura, H., Martin, D. M. L., & Nakamura, W. T. (2006). Ativos intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. *Revista de Administração Contemporânea*, 10(3), 73–90. <https://doi.org/10.1590/s1415-65552006000300005>.

L12527 (2011). Regula o acesso a informações. Recuperado 22 de maio de 2024, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

Le Commissariat Général au Développement Durable (CGDD) (2012). *Les perceptions sociales et pratiques environnementales des Français de 1995 a 2011*. Octobre 2011. <https://www.developpement-durable.gouv.fr>

Lev, B. (2001). Intangibles: management, measurement, and reporting. *Brookings Institution Press*, p. 231. <https://www.jstor.org/stable/10.7864/j.ctvcj2rf2>

Lopes, F. C., & Carvalho, L. (2021). Ativos intangíveis e desempenho empresarial na América Latina, *Revista de Administração da RAUSP*, Vol. 56, n.o 4, pp. 408-424. <https://doi-org.ez24.periodicos.capes.gov.br/10.1108/RAUSP-02-2020-0024>

Malavski, O. S., Lima, E. P. de, & Costa, S. E. G. da. (2010). Modelo para a mensuração do capital intelectual: uma abordagem fundamentada em recursos. *Production*, 20(3), 439–454. <https://doi.org/10.1590/S0103-65132010005000050>

Ministério da Educação e Cultura (2024). *Ranking mundial destaca universidades federais no Brasil*. Publicado em 19/08/2024. <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/ranking-mundial-destaca-universidades-federais-no-brasil>

Niebel, T., OOMahony, M., & Saam, M. (2013). The contribution of intangible assets to sectoral productivity growth in the EU. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2319362>

Nunes-Silva, L., Malacarne, A., & De-Bortoli, R. (2021). Ativos intangíveis e criação de valor: análise da produção científica. *Scientia plena*, 17(11). <https://doi.org/10.14808/sci.plena.2021.271101>.

Orientação Técnica CPC09 (2020). Estabelecer os princípios de orientação e elementos de conteúdo que governem o conteúdo geral do Relato Integrado, de <https://www.sindcontsp.org.br/cvm-aprova-a-orientacao-tecnica-cpc-09-relato-integrado/>

Pistoni, A., Songini, L., & Bavagnoli, F. (2018). Corporate Social Responsibility and Environmental Management Integrated reporting quality: An empirical analysis. *John Wiley & Sons Inc. Hoboken*. <https://doi.org/10.1002/csr.1474>

Resolução do Conselho Superior nº 20 (2018). Homologa o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA). <https://www.ifes.edu.br/conselhos-comissoes/comissao-propria-de-avaliacao>

Resolução CONSUP nº 50. (2018). Comissão Própria de Avaliação. [https://www.ifes.edu.br/conselhos-comissoes/comissao-propria-de-avaliacao? Showall=1](https://www.ifes.edu.br/conselhos-comissoes/comissao-propria-de-avaliacao?Showall=1)

Resolução CVM 14 (2020). Trata-se da elaboração e divulgação do Relato Integrado das companhias abertas. Disponível em: [de www.conteudo.cvm.gov.br](http://www.conteudo.cvm.gov.br).

Ribeiro, C. de M. de A., Moraes, M. P., Pinheiro, A. B., & Neto, J. (2023). Quality of integrated reports: evidence from Brazilian public universities. *Social Responsibility Journal, JCR*, 20(1), 164–179. <https://doi.org/10.1108/srj-09-2022-0358>

Richardson, R. J. (2017). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 4º ed. São Paulo: Atlas, Acesso em: 10 out. 2024.

Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lúcio, MPB (2013) *Metodologia de pesquisa*. AMGH, Brasil.

Silva, L. N., Malacarne, A., Macêdo, R. F., & De-Bortoli, R. (2020). A incidência dos ativos intangíveis nas instituições de ensino superior: uma análise em documentações oficiais. *Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 25(1), 73–88. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772020000100005>.

Smith, G. V., & Parr, R. L. (1994). *Valuation of intellectual property and intangible assets*. Editora: Wiley, p. 515. ISBN 0471304123, 9780471304128.

Soares, R. S., & Cunha, M. I. (2017). Qualidade do ensino de graduação: concepções de docentes pesquisadores. *Avaliação, Campinas; Sorocaba*, v. 22, n. 2, p. 316-331, 2017. Disponível em: Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n2/1982-5765-aval-22-02-00316.pdf> Acesso em: 1 jul. 2018.

Soares, T. C., & Lima, M. A. (2018). Managerialismo nas instituições de ensino superiores brasileiras. *Revista Ciências Administrativas ou Journal of Administrative Sciences*, Fortaleza, v. 24, n. 2, p. 1-13, 2018. Disponível em: [Disponível em: https://periodicos.unifor.br/rca/article/view/7183](https://periodicos.unifor.br/rca/article/view/7183) Acesso em: 2 set. 2018.

Stewart, T.A. (1998). *Capital intelectual: A nova vantagem competitiva das empresas*. Rio de Janeiro: Campus, 237 p.

Sveiby, K.E. (1998). *A Nova Riqueza das Organizações: Gerenciando e Avaliando Patrimônios de Conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 260 p.

Tafner, B.D., & Bichof, A.F. (2019). Ativos intangíveis: uma análise da evolução histórica de sua mensuração no Brasil e no mundo. *Simpósio de Pesquisa do Programa de Apoio à Iniciação Científica*. Disponível em: <https://sppaic.fae.edu/sppaic/article/view/71>

TCU (2019). *Relatório de Gestão: Guia para Elaboração na Forma de Relatório Integrado*. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/relatorio-de-gestao-guia-para-elaboracao-na-forma-de-relatorio-integrado.htm>

UFF (2024). *UFF notícias*. Disponível em: <https://www.uff.br/noticias/>

UFRJ (2024). *Página inicial*. Disponível em: <https://ufrj.br/>

UFRRJ (2024). *Portal UFRRJ*. <https://portal.ufrj.br/pro-reitoria-de-planejamento-avaliacao-e-desenvolvimento-institucional/>

UNIRIO (2021). *Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro*. https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Federal_do_Estado_do_Rio_de_Janeiro.

Vasconcelos, T., Forte, D., & Basso, L. F. (2019). O impacto dos intangíveis das empresas alemãs, inglesas e portuguesas: de 1999 a 2016. *Revista de Administração Mackenzie*, 20 (4), 1 – 38, <https://doi-org.ez24.periodicos.capes.gov.br/10.1590/1678-6971/eramf190164>.

Ventura, A. K., Pacheco, J., & Rover, S. (2019). Nível de comparabilidade dos ativos intangíveis das companhias brasileiras do segmento de energia elétricas relacionadas na B3. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 10 (2). [doi:10.5380/rcc.v10i2.58369](https://doi.org/10.5380/rcc.v10i2.58369).

Villiers, C. (2017). De Villiers, C., & Maroun, W. 2017. *Introduction to sustainability accounting and integrated reporting*, In De Villiers, C., & Maroun, W. (Eds.) *Sustainability accounting and integrated reporting*, Routledge: Abingdon, UK..

Wiesche, M. & Jurisch, M. & Yetton, P. & Krcmar, H. (2017). Grounded Theory Methodology in Information Systems Research. *MIS Quarterly*, 41(3), 685–701.